

ATA DA 10ª. REUNIÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2016/2018
REALIZADA EM CINCO DE JULHO DE 2017.

No dia cinco do mês de julho de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a Décima Reunião Ordinária – biênio 2016/2018 do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no auditório da PRODESAN - Praça dos Expedicionários, nº 10 - Gonzaga – Santos – SP - Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 9ª reunião; 2 – Apresentação dos Trabalhos Desenvolvidos pela Comissão Municipal de Mudanças Climáticas (SEDURB/SEMAM); 3 - Palestra sobre Herbicida Térmico - Antonello Confente, Cristanini do Brasil; 4- Exposição dos assuntos debatidos nas Câmaras Técnicas do Comitê de Bacias Hidrográficas da Baixada Santista - (CBH BS) - Viviane Amaral Ferreira (DEPCAM/SEMAM); 5 - Comunicados da Secretaria; 6 - Assuntos Gerais. Compareceram à reunião os seguintes representantes: Viviane Amaral Ferreira/SEMAM e Andréa Setubal - SEMAM I; Luiz Otávio de Almeida Castro – SEMAM II; Marcos Pellegrini Bandini - SESEG; Luciane São Marcos – SEDUC; Alexandre Magno S. Marques - SEFIN; Pedro Paulo M. e S. Lima - SEMES; Paulo Antonio Fritelli – SMS; Greicilene Pedro e Juliana Maria de Souza Freitas SEDURB; Ana Paula Campos Machado COHAB; Marly Alvarez Cimino PRODESAN; Cleide Barbieri – UNILUS; Eduardo Simabukuro – CET; Norma Sueli Padilha – UNISANTOS; Cleide Barbieri de Souza – Unilus; Alba Kannebley ACS; Ademar Salgosa Junior– CREA; Eduardo Lustoza - AEAS; Zenivaldo Ascensão dos Santos – ABES; João Guedes Neto - Sindicato dos Engenheiros; Patrícia Trindade do Val – OAB; Fábio Antonio Boturão Ventriglia e José Roberto dos Santos Fernandes - ASSOC. SURF; Renato Prado e Ibrahim Tauil – CONCIDADANIA. Foram justificadas as ausências de: SETUR; SEDES; UNISANTA; UNIMONTE; Ecofaxina. Ausentes: SIEDI; SESERP; SEAS; SECULT; SECID; SEPORT; FATEC; FUND. MOKITI OKADA; SOROPT– SANTOS; COMEB. Participaram os convidados: Marcos Libório; Paulo Marco de Campos Gonçalves; Fernando Souza de Almeida - SEMAM; Roseane A. N. Jesus – CIESP; Dionísio Matheus de Andrade – Fórum da Cidadania; André Staudemeier Gonçalves – munícipe; Aldo de A. Falleiros – Operação Consciência Limpa. O presidente deu início à reunião cumprimentando os conselheiros presentes e os convidados. Perguntou se alguém teria algo a se opor quanto à ata, enviada por e-mail para leitura prévia e Sr. João Guedes e Sra. Marly solicitaram que as ausências do Sindicato dos Engenheiros e da Prodesan fossem justificadas. A ata foi aprovada com os adendos citados. Sr. Ademar iniciou apresentando o Secretário de Meio Ambiente, Sr. Marcos Libório, que agradeceu a presença de todos, na manhã seguinte à noite mais fria do ano. Comentou que está havendo retrocesso na questão ambiental no Brasil, um exemplo, o corte de verba da Noruega à proteção das florestas amazônicas, o presidente Trump retirou os Estados Unidos do acordo de Paris, sendo que muitas empresas no porto de Santos são americanas, é preciso um cuidado maior, o que acontece em nossa cidade vira notícia. A matriz energética híbrida existe, mas avança a passos curtos, como a energia eólica e a captada por células fotovoltaicas, sem perceberem o quanto importante é a utilização na área urbana. Tudo influencia em nosso esforço de implantar políticas locais. A comissão de Mudanças Climáticas tem esse objetivo, dar o norte, o planejamento da região, incluindo as ações em relação ao porto, a fiscalização precisa ser contundente, para que os modais sejam menos poluentes. Vivemos em uma ilha, o metro quadrado é caríssimo, se não há pátios para os caminhões, que sejam mais fiscalizados. Muitas vezes as iniciativas ambientais são as primeiras a serem cortadas por não darem

lucro. Cabe a esse conselho que ela seja uma política respeitada. O Programa de Adaptação às Mudanças do Clima de Santos é mais que um conjunto de regras, é uma mensagem de proteção e respeito. Já se passaram seis meses do ano de 2017, e o quanto realizamos? Separar os recicláveis é o mínimo e mesmo assim a sociedade resiste. Precisamos estar unidos, mostrar ao público que estamos influenciando. O PIB é prioritário e não enxerga ações ambientais e sociais, a pauta deve ser construída de forma conjunta. Agradeceu ao presidente o espaço no Comdema, disse que está feliz com a participação e envolvimento para contribuição em políticas públicas pensadas e passou a palavra ao Sr. Eduardo Kimoto/Sedurb. Ele agradeceu e explicou que os objetivos são medidas de mitigação, por estarmos em área portuária, temos essa questão com aumento do nível do mar. Esteve em contato com pesquisadores nacionais e internacionais, existem vários estudos mas não específicos e nem concentrados. Em 30 de setembro houve o primeiro evento MetrÓpole e em dezembro o segundo encontro. Em 30 de novembro de 2015 deu início a comissão, publicada no Diário Oficial. Em 2016 foram 12 reuniões mensais e mais 3 extraordinárias e o resultado foi apresentado no seminário do CREA, em dezembro de 2016. As ações concluídas: comissão acadêmica de apoio, cada universidade com uma linha de pesquisa apoia tudo que faceia o tema. O e-mail para contato, cmmc@santos.sp.gov.br. No Museu do Amanhã no Rio de Janeiro, o trabalho de Santos foi referência nacional, pois apenas essas duas cidades possuem essa iniciativa. Ações em andamento: Inventário de emissão de gases de efeito estufa. Avisou que o próximo encontro está programado para o dia 17 de agosto no Teatro Guarany e expôs o resumo do plano. Sra. Patrícia/OAB perguntou se houve contribuição jurídica e Sr. Eduardo afirmou, explicou que esses são apenas os eixos, nem todos desenvolvidos a fundo, que se alguém tiver alguma contribuição, é sempre bem-vinda. Sra. Patrícia perguntou como a OAB pode participar. Sr. Eduardo disse que as reuniões são na terceira quarta-feira do mês e que a OAB pode participar também nos eventos abertos, trata-se de uma Comissão Municipal com as secretarias, pessoas que têm interesse, como as academias, clubes são colaboradores da comissão, que têm participação aberta. Sr. Bandini/Defesa Civil sugeriu que o Conselho crie em uma das Câmaras Técnicas um acompanhamento que levante contribuições para um trabalho integrado. Sr. Ademar disse que manterá esse item permanentemente na pauta e se necessário formará uma comissão. Sr. Paulo Marco/Semam disse que há um paralelo com a saúde e há três formas de entender essa questão. Curar, com medicamentos; amparar; fortalecimento da Saúde para evitar. E com essas três abordagens, que haja espaço para métodos paliativos, de prevenção e de fortalecimento. Além disso, é preciso envolvimento global, há países desaparecendo e, como o secretário colocou, separação dos resíduos tem reverberação no aterro, no comércio, na produção local, na agricultura sustentável, como as feiras orgânicas que fazem parte de um movimento regional e também colaboram com a proteção da Mata Atlântica. Fazer local e dialogar com os outros. Essa expectativa traz recursos internos internacionais, como crédito de carbono, da agência JICA, investimentos alemães e japoneses. Sr. José Roberto perguntou como está sendo montado o inventário. Sr. Eduardo respondeu que estão trabalhando internamente na Secretaria de Meio Ambiente, já receberam várias apresentações sobre efeito estufa e estão pesquisando o que Santos precisa fazer para receber esses financiamentos. Sr. José Roberto/ASS disse que o monitoramento do ar da Cetesb pode trabalhar em conjunto. O Secretário explicou que o inventário é um ponto de partida, as ações serão agilizadas a partir do diagnóstico. Sr. Eduardo explicou que muitas das discussões são voltadas à mitigação e fortificação. Esteve em um Congresso Nacional na Unicamp no último fim de semana, no qual soube

que o Ministério da Ciência e Tecnologia enviou menos verba às pesquisas, por isso muitos pesquisadores estão saindo do país e publicando no exterior. Na era Trump o investimento é menor em todos os Estados Unidos, a não ser em dois estados onde as universidades estudam o uso de combustível fóssil. Sr. Luiz Otávio/SEMAM contribuiu com a sugestão quanto ao aspecto jurídico, lembrando que a contribuição acadêmica pode ser com alunos de cursos de Direito também. Sr. Eduardo Lustoza/AEAS lembrou que 5% da população concentra 90% da riqueza, difícil de chegar diante dos terráqueos famintos. No Porto, a área de influência é muito grande, onde há mutilação da matriz de transporte que opta pelos gases de efeito estufa. No mínimo deve ser exigido que os terminais se responsabilizem sobre a qualidade do combustível e dos motores, já que chega a 74% a participação no modal rodoviário em nossa região. Sr. Fábio/ASS levantou a preocupação quanto ao alinhamento com as pesquisas da ONU. Sr. Eduardo explicou que são dados globais e que um pixel abrange uma ilha inteira, ele é super dimensionado, indica tendências que subsidiam as pesquisas com dados georreferenciados, os mais reais possíveis, apurados com informações locais. O Secretário explicou que desde os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e agora com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis, a intenção é trazer para a realidade local. Sr. Ibrahim/Concidadania disse que apoiou a saúde, a prefeitura, o Jardim Botânico com a lei que proíbe transgênicos na merenda e para utilizar os orgânicos e pediu que constasse em ata que, segundo o Contran, os órgãos municipal e o estadual são responsáveis pela emissão de gases dos veículos. Também pediu que constasse o porquê da arborização ter sido transferida da Secretaria de Meio Ambiente para a de Serviços Públicos. A SOS Mata Atlântica apresentou estudos dizendo que as cidades são tumores ambientais, o mínimo seria cuidar da arborização urbana. Comentou que em São Petesburgo há túneis subterrâneos que controlam os níveis das marés e as enchentes. Sra. Patrícia/OAB contribuiu com a informação sobre o manual da Cetesb, "Guia da Melhor Tecnologia Prática, Disponível", encontrado na internet. O presidente agradeceu, disse que é um assunto que suscita discussões e será incluído permanentemente na pauta. Aproveitou para perguntar ao Secretário sobre a Lei nº 952. Perguntou se houve aceitação e quais os focos de resistência. O Secretário Marcos Libório disse que são mínimos, com necessidade de acompanhamento, como por exemplo, para que os caminhões sejam identificados sobre qual o tipo de resíduos que coletam. Houve um encontro no Sesc promovido por Sr. Renato/Concidadania e o Fórum da Cidadania, onde comentou que os resíduos orgânicos serão incluídos na reciclagem quando a lei for aprimorada, como também os rejeitos. O apoio da mídia tem sido fundamental, pediu que todos divulguem o hotsite da prefeitura com mais informações. Visitará a cooperativa Comaris e tem recebido os caminhões informais para saber para onde estão levando os resíduos, o que visa mais empregos. O que não permite é o trabalho infantil e hoje existe a necessidade do cadastramento dos catadores para recolhimento dos resíduos. Gostaria que constasse que há uma discussão a nível mundial sobre comportamento e saúde, levantou o tema para discussão e debate futuro por especialista sobre o uso indiscriminado de antibióticos pela sociedade e a adição de antibióticos na criação de animais. O aumento do consumo de proteína demanda ampliar rebanho. E também a rede de esgoto recebe resíduos de antibióticos que contaminam toda a cadeia alimentar. A resultante é que a resistência bacteriana saiu dos hospitais para a comunidade. Sra. Viviane/Semam informou que o decreto foi publicado no Diário Oficial com os anexos para cadastramento e que também constarão no hotsite. Sr. Aldo/município perguntou sobre as lixeiras públicas, se haverá um tipo alternativo para os resíduos recicláveis e se a Terracom fará separação. O Secretário explicou que devido ao vandalismo não serão colocadas e será trabalhada a educação

ambiental, para que a pessoa coloque o lixo na bolsa até encontrar uma lixeira ou ecoponto. Sr. Bandini sugeriu que o município retome as informações mensais dos resíduos coletados para divulgar o esforço do município e que haja metas a serem cumpridas. O Secretário explicou que a Seção de Informações registrará essas métricas para que façam parte do cotidiano, a fim de aumentar o recolhimento de 3% para 35%. Sr. Paulo/Saúde perguntou se haverá cartilha. O Secretário Marcos Libório explicou que há convênio com a Concidadania que percorrerá sete bairros da orla com projeto de educação ambiental e que o hotsite disponibiliza textos para download de impressão, criaram ações de curto, médio e longo prazo, já acontecendo desde abril com panfletos e ímãs. Sra. Viviane explicou que há uma comissão de revisão do Plano Municipal de Saneamento e que trará na próxima reunião. Sr. Ademair perguntou sobre os cilindros da Codesp e o Secretário disse que a secretaria está acompanhando de perto, que não arbitra diretamente porque a fiscalização é da Cetesb e ainda está sem definição. Sr. Ibrahim leu os dados sobre as toxinas dos cilindros e sugeriu que encaminhem para investigar quem foram os importadores, os despachantes e que sempre avisem o Comdema quando houver esse tipo de produto no Porto. O Secretário informou que o Ministério Público ampliou o prazo para solução. Sr. João Guedes/S. Engenheiros sugeriu que a Cetesb venha ao Comdema para maiores explicações. Sr. José Roberto sugeriu convidarem o grupo de análise de risco. Sr. André/município ressaltou que o Comdema do Guarujá elegeu um engenheiro para dialogar com o Comdema de Santos. Sr. Renato disse que o Comsema também levantou o assunto e seria interessante conhecer o que foi discutido. Sobre o item seguinte, herbicida térmico, Sr. Antonello, da empresa italiana Cristianini do Brasil, explicou que o vapor atinge de 120 °C a 180 °C para matar as ervas daninhas, utilizado inclusive na usina de Itaipu, e a máquina funciona a diesel com solução biológica e seu uso é permitido na Itália. Mostrou outra máquina para limpeza de monumentos das cidades que funciona com pressão da água e solução natural, sem arranhar a superfície. Ressaltou que se não fosse eficiente, o Ministério da Bela Arte não teria permitido em estátuas de 2000 anos da Itália. Também explicou um método a vapor para retirar chicletes, sem produtos químicos e que não atinge o subsolo. Outro método é de limpeza de lixeiras, só com água quente sob pressão que descontamina lixeiras e contêineres, possui cisternas que acumulam água limpa e água suja após a limpeza e finaliza com jatos até 200° para descontaminar os caminhões e contentores, depois a água é levada a local controlado. Sr. Eduardo Lustoza perguntou se também limpa ar condicionado e ele explicou que a de vapor seco sim, pois não danifica os equipamentos elétricos. Disse que o custo em relação ao método convencional é maior, mas o resultado é melhor e o valor depende do tamanho da máquina. Uma máquina elétrica para hospital custa cerca de €5200. A máquina para praças, a diesel, tem custo menor. O principal cliente no Brasil é militar e sua finalidade, a limpeza de áreas com energia nuclear. Sra. Viviane perguntou se há equipe de manutenção no Brasil e ele explicou que há no Rio de Janeiro e que será aberto em São Paulo. Sra. Patrícia disse que para o conselho interessa o equipamento para capinação térmica e perguntou quanto tempo demora para crescer após a queima da raiz, ele disse que de um a dois meses para ervas com raiz superficial e que a com jato de alta pressão alcança as com raízes mais profundas. Sra. Marly/Prodesan explicou que a higienização dos contêineres era feita com esse equipamento e o palestrante explicou que essa companhia espanhola dos contêineres são seus clientes. Sr. Ibrahim perguntou se o calor pode afetar as árvores e ele explicou que não deve ser usado em jardim, nesse caso usa-se o mecânico. Quanto ao consumo de água, para a máquina de vapor é pouco, a pressão é de 20 l por minuto e o operador decide a quantidade de água e de pressão. Sr. Renato lembrou que sugeriram por e-mail uma

capinadora mecânica de origem alemã e sugeriu trazer ao conselho para comparar, pediu desculpas por apresentar um concorrente. Sr. Ibrahim disse que está pesquisando se há representante no Brasil. Sr. João Guedes explicou que aproveitou a vinda do palestrante ao Brasil para a Sabesp e o convidou para se apresentar ao Comdema, por sugestão do Sr. Eduardo Lustoza/AEAS e Sra. Juliana/ Sedurb, conselheiros, e a Codesp também sugeriu teste demonstração, que já fizeram no Palácio da Sabesp e no Santa Teresa, nesse mesmo dia vai tirar fotos após 24 horas da aplicação para avaliar o resultado, que será enviado ao processo de compras de equipamentos da Sabesp. No item seguinte, Sra. Viviane explicou sobre as três linhas com oito eixos de atuação da Fehidro e que há um manual de operações e deliberações, de março de 2017, com proposições de propostas. Apresentaram no final de junho e não sabem quais foram aprovadas, haverá a segunda chamada. Por Santos, há dois projetos, o de macrodrenagem da Zona Noroeste e a revisão do Plano Municipal, esses não foram aprovados, estão aprendendo com os erros. Explicou que o titular, Sr. Marcio Paulo/Semam, é quem acompanha mais de perto e no momento está em férias, na próxima reunião estará presente. Sr. Ademar disse que o trabalho de educação ambiental com resíduos sólidos encaixa nos eixos porque objetiva a proteção dos recursos hídricos. Ela explicou os PDCs, as verbas e tipos de ações. Qualquer entidade pública, organizações, institutos podem apresentar projetos, são mais de 30 milhões de reais. Sr. Renato disse que participa do Comitê de Bacias por onde é mais fácil localizar esses documentos. Sr. Paulo Marco informou que a próxima feira orgânica será sábado no Orquidário e terça-feira na igreja Aparecida, são seis por mês no total. Sr. Renato disse que o Plano Regional de Resíduos Sólidos do IPT está em fase final e haverá três encontros na Baixada, sugeriu que seja um tema constante na pauta para que ele possa levar a opinião do Comdema a esses encontros. Relatou que a participação popular tem sido mínima, construíram um documento com 170 páginas e há muita falta de informações, pois não foram buscadas pelo IPT com os atores interessados. As reuniões são mal organizadas, com apenas meia hora para manifestação e ainda por escrito. Sua impressão é que é feito por meio de “brincadeira”, já que não consultam as entidades e vários índices estão apontando para incineração e Pirólise. O Fórum da Cidadania organizou o seminário no Sesc com especialistas em compostagem e Biodigestão e o IPT respondeu que não tem interesse por esse método. Sr. Ibrahim lembrou que a atuação do Conselho é deliberativa e sugeriu questionar sobre os cilindros encontrados no Porto, pois é um absurdo. Sr. Eduardo Lustoza explicou que não é mais a operadora, o regulamento aduaneiro está com a União e não dá tempo para a próxima reunião. Sra. Greicilene/Sedurb disse que é uma questão séria, remete a uma discussão anterior sobre qual o grau de importância de haver um canal de comunicação entre Porto e cidades, problema que já aconteceu durante a elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo, um problema complexo que deve ser trazido à tona a fim de definir qual o controle que a cidade tem sobre o que entra e sai do Porto e o poder de legislação, pois ele age à parte, o que nem sempre é a realidade. Sr. Luiz Otávio disse que a decisão sobre os cilindros com produtos químicos deve ser prática, entrar em contato com a Abiquim, levar ao fórum formal do Consema, Conselho do Estado e à Defesa Civil. Sr. Ademar disse que o Ministério Público deu outro prazo e não sabe o que o Comdema pode fazer agora. Sr. Ibrahim sugeriu se posicionar e Sr. Ademar disse que primeiro é preciso saber o que está sendo feito para evitar futuros problemas semelhantes. Sr. Bandini sugeriu encaminhamento à Codesp para informações mais abrangentes. Foi dada a licença ambiental ao Porto, eles poderiam vir ao Comdema expor aos conselheiros. Ele costuma ler os jornais para ver o que não está escrito e houve apenas uma divulgação singela em canto de página. O presidente disse que oficiará a Codesp e a Cetesb para exporem sobre o

monitoramento dos cilindros e como evitar acidentes e riscos. Professor Dimas, químico, disse que não sabe qual atitude pode ser tomada pelo Conselho, mas nesse meio tempo um acidente pode acontecer, citou outro exemplo e ressaltou que são questões a serem solucionadas em 24 horas, com destinação emergencial. Sr. Eduardo Lustoza explicou que há uma hierarquia de segurança do Porto com planos de emergência regionais e não sabe como ainda não foi solucionado. A reação em cadeia é perigosa e isso é um crime de omissão pública. Espera que o Secretário já tenha ligado para os responsáveis. Sr. Ademar se comprometeu em ligar para o mesmo e pediu que Sr. Eduardo faça a intermediação com a Cetesb. Sr. Paulo Marco disse que é apenas a ponta de um iceberg, o que mais pode haver e o que é feito com esses produtos e lembrou do caso do césio, em 1977, em Goiânia quando houve contaminação radioativa. Sr. Bandini explicou que não detém todas as ações da prefeitura, esse não é um assunto que nasceu agora para a Semam e Defesa Civil, há empresas para execução dos serviços e essa forma atabalhoada que o assunto foi tratado pela prefeitura do Guarujá provocou essa celeuma, está sendo tratado inclusive com o prefeito de Santos, que apoia a melhor solução. Sr. Eduardo Lustoza lembrou que o primeiro a saber sobre os produtos é a Receita Federal, pela alfândega, e autoridades aduaneiras precisam ter a listagem desses produtos, propôs convidar a entidade ao Comdema. Em seguida, Sr. Eduardo da CET explicou que o Contran é responsável pela emissão de gases por veículos, a CET pelo estado e manutenção dos mesmos e pela emissão de gases participa apenas quando há força tarefa com outras entidades. Os poluentes são controlados pelo Conama. A CET estava com falta de equipamento para medição e o Conama autorizou a medição por escala Ringelmann. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata, contendo seis páginas, que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo Presidente do COMDEMA, Ademar Salgosa Junior.

ADEMAR SALGOSA JUNIOR
Presidente do COMDEMA

SANDRA CUNHA DOS SANTOS
Secretária